



ORDEM
DOS
PSICÓLOGOS

Ordem dos Psicólogos Portugueses
Av. Fontes Pereira de Melo nº 19 D
1050 - 116 Lisboa

NIF 508 968 291

T. 213 400 250/1 | F. 213 400 259
info@ordemdospsicologos.pt

www.ordemdospsicologos.pt



Exma Senhora Ministra da Saúde,

Ana Paula Martins

gabinete.ms@ms.gov.pt

Ref.º A000030959002412001900100005

Assunto: Solicitação de informações sobre a implementação e funcionamento dos serviços de Saúde Mental

Lisboa, 19 de Dezembro de 2024

Exma. Senhora Ministra da Saúde,

Ana Paula Martins,

A Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) vem solicitar esclarecimentos relativos à organização dos serviços de saúde mental, nomeadamente no que respeita aos respetivos:

- a) órgãos consultivos de âmbito nacional, regional e local;
- b) serviços de saúde mental de nível local e regional, nomeadamente as Equipas Comunitárias de Saúde Mental e os Centros de Responsabilidade Integrados.

A OPP identifica as seguintes situações que suscitam preocupação e necessidade de esclarecimento:

Funcionamento do Conselho Nacional de Saúde Mental (CNSM):

Após a nomeação do novo Presidente do CNSM, a qual levou um tempo significativo, verifica-se a total ausência de convocação de reuniões deste órgão consultivo, pelo menos no que respeita à participação dos representantes da OPP;

Solicitamos informação sobre a ocorrência ou não de reuniões do CNSM e o cumprimento das competências deste órgão.

Funcionamento dos Conselhos Regionais de Saúde Mental (CRSM):

Até à data, do conhecimento e participação da OPP, apenas os CRSM do Algarve e de Lisboa e Vale do Tejo reuniram, não existindo notícias sobre a operacionalização dos restantes CRSM, apesar das suas competências preverem o acompanhamento da execução dos Planos Regionais de Saúde Mental;



ORDEM
DOS
PSICÓLOGOS



Mais se informa que não se compreende como podem os Planos Regionais de Saúde Mental receberem parecer dos CRSM, sem que os mesmos se possam alinhar com as orientações do CNSM, pelo menos tanto quanto é do conhecimento da OPP que não foi chamada desde a nomeação dos seus representantes em 2022;

Solicitamos esclarecimento sobre o funcionamento dos restantes CRSM e a regularidade das suas atividades.

Implementação dos Conselhos Locais de Saúde Mental (CLSM):

Na reunião última do CRSM de LVT foi relatada a criação de quatro Conselhos Locais na região de Lisboa e Vale do Tejo, mas desconhece-se o grau de execução a nível nacional e as possibilidades de articulação com os serviços locais.

Solicitamos informação atualizada sobre a implementação a nível nacional dos CLSM e os mecanismos previstos para garantir o seu funcionamento eficaz.

Implementação das Equipas Comunitárias de Saúde Mental:

As Equipas Comunitárias são essenciais para garantir uma intervenção na comunidade, assumindo responsabilidade por uma população definida. Contudo, desconhece-se o ponto de situação nacional da sua criação e implementação. A última informação a que a OPP teve acesso mencionava a implementação de cerca de 20 das 40 Equipas previstas e, destas, não diferenciava tratar-se de Equipas para Infância e Adolescência ou de Equipas para Adultos;

Solicitamos informação sobre o grau de execução das Equipas Comunitárias de Saúde Mental e os respetivos planos de operacionalização.

Promoção, Prevenção e Integração dos Cuidados de Saúde Mental:

Verificamos que o investimento das estruturas governativas, e das estruturas de coordenação de âmbito nacional e regional, continua centrado na doença mental (em particular na doença mental grave), em detrimento de uma abordagem de promoção da saúde mental e prevenção, contrariando todos os princípios e orientações europeias, bem como as previstas pela OMS;

Solicitamos informação sobre as estratégias de integração de serviços com os cuidados de saúde primários, hospitalares e cuidados de saúde nas comunidades, fundamentais para a concretização do Plano Nacional de Saúde Mental.

Orçamento e Recursos Humanos:

Foi relatada a inexistência de orçamento para programas prioritários propostos, como os relativos à Ansiedade e Depressão e às Demências, nos quais seria relevante uma aposta de prevenção e promoção, tal como é exemplo o Programa Nacional de Prevenção da Depressão apresentado pela OPP na Assembleia da República em 2017, e alvo de um



ORDEM
DOS
PSICÓLOGOS



protocolo de colaboração entre a OPP e o Ministério da Saúde, apesar de nunca operacionalizado;

Foi ainda relatada a abertura de 500 vagas nas IPSS's para apoio à desinstitucionalização, sem acompanhamento de reforço dos recursos humanos necessários;

Ambos os cenários podem colidir com o princípio de funcionamento dos serviços locais e regionais definidos no Plano Nacional de Saúde Mental;

Solicitamos informação sobre a aposta e o financiamento a programas de promoção e prevenção na Saúde Mental, e medidas previstas para garantir a dotação adequada de recursos humanos ,nomeadamente para a concretização dos programas prioritários relativos à Depressão e à Ansiedade, e em especial face à preocupante falta de psicólogos no SNS e à sua enorme precariedade nas IPSS's, nomeadamente por via da dependência, quase em exclusivo, de financiamentos temporários no caso dos respetivos programas e recursos das IPSS's.

Dada a gravidade das questões acima mencionadas e em alinhamento com o compromisso do atual Governo na conclusão da Reforma da Saúde Mental até 2026, garantindo a implementação das medidas previstas e a melhoria dos serviços de saúde mental prestados à população, solicitamos a Vossa Excelência uma resposta concreta sobre os temas aqui apresentados.

Reiterando a nossa total disponibilidade para colaborar como até agora demonstrado, apresentamos os nossos cumprimentos,

O Bastonário da

Ordem dos psicólogos Portugueses

Francisco Miranda Rodrigues